



RUPTURAS E NECESSIDADES NOS PROJETOS URBANOS: “OUTROS” OLHARES SOBRE A ORLA DA GLÓRIA, VILA VELHA/ES

Giovanilton André Carreta Ferreira¹ (giovanilton2002@hotmail.com)
Liziane de Oliveira Jorge² (lizianej@hotmail.com)

Resumo

O artigo ora proposto procura debater as atuais formas de apreensão e intervenção na cidade à luz de atividades realizadas no ensino e prática de projeto urbano, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, através da disciplina de Ateliê de Projetos Integrados de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Ressalta-se o “papel perturbador” e propositivo que a academia pode e deve ter dentro do ensino e prática do projeto urbano, contrapondo-se as tendências globalizantes, segregadoras e excludentes do urbanismo contemporâneo.

A disciplina propõe a intervenção urbana, a partir da utilização do instrumento da Operação Urbana Consorciada – OUC, presente na lei federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade. A área de intervenção localiza-se no município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, no bairro da Glória, cuja orla estrategicamente localizada na baía de Vitória é alvo de interesse para a implantação de dois portos o porto da empresa Nisibra e o porto Nova Holanda. O empreendimento insere-se no contexto do pensamento hegemônico de transformação urbana vinculada aos ideais globalizantes de inserção das cidades no mercado mundial. Intensifica com isso, as graves rupturas socioespaciais já existentes no tecido urbano da cidade e da Região, historicamente submetida aos interesses de Grandes Projetos Urbanos.

É apresentada a metodologia de trabalho da disciplina, os principais conceitos e elementos norteadores da proposta de OUC, os produtos desenvolvidos, com especial atenção ao desenvolvimento de “outras” visões para a orla da Glória procurando destacar a contribuição do projeto urbano para a (re)conquista dos espaços públicos, aliando desenvolvimento socioeconômico as características, vocações e especificidades locais e integrando dinâmicas e tendências globais ao espaço urbano local sem a necessidade de submissão entre estas escalas de atuação do planejamento urbano.

Palavras-chave: “Globalização”; “Grandes Projetos Urbanos”; “Ateliê de Projetos Integrados”; “Requalificação Urbana”; “Operação Urbana Consorciada”.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (FAUUFF). Professor Adjunto da Universidade Vila Velha (UVV) e da Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ).

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professora titular da Universidade Vila Velha (UVV) e Pesquisadora do Grupo ARQCIDADE.

1. Apresentação

O artigo ora proposto procura debater as atuais formas de apreensão e intervenção na cidade à luz de atividades realizadas no ensino e prática de projeto urbano, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo.

Neste intuito, adota-se como estudo de caso os processos e resultados verificados na disciplina Ateliê de Projetos Integrados de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo VII, do referido curso. Com base nas preocupações do urbanismo contemporâneo, a disciplina absorve a missão de preconizar o futuro da cidade, à luz de conceitos humanizadores que se integram ao tecido preexistente. Adotou-se como área de intervenção da disciplina a região do bairro da Glória, no município de Vila Velha. Localização estratégica metropolitana, diversidade de usos, centralidade comercial, patrimônio histórico e ambiental de grande valor para a cidade e a Grande Vitória, fortes vocações econômicas e turísticas a serem exploradas são algumas das qualidades e dos desafios a serem trabalhados nesta região da metrópole capixaba.

Estrategicamente localizado na baía de Vitória, a cidade de Vila Velha, cujas circunstâncias naturais abrigadas conduziram à vocação de atividades portuárias, inevitavelmente, comprometeu-se com o estabelecimento de um complexo portuário expressivo, constituído pelos Portos de Vitória, Capuaba e Paul, em plena atividade até hoje. O complexo portuário mencionado compreende uma centralidade urbana estratégica econômica que, apesar do dinamismo, apresenta limitações físicas e traços morfológicos de uma arquitetura litorânea que impõe uma interrupção ao uso espontâneo, instintivo ou público da orla nesta região.

Na contramão de uma tendência mundial, que inverte esse processo de interiorização logística e repele as atividades de maior impacto sobre a qualidade da vida urbana, para regiões menos adensadas e conflituosas, a iniciativa privada do município de Vila Velha, sob o olhar permissivo dos poderes público, anuncia o comprometimento de uma região de aterro em sua Orla Norte adjacente ao tradicional bairro da Glória, a partir de um novo empreendimento portuário, anulando dos cidadãos uma das poucas áreas disponíveis de interlocução com a baía de Vitória e com o meio natural. Está prevista a implantação de dois portos, na orla da região da Glória, em Jaburuna, o porto da empresa Nisibra e o porto Nova Holanda.

Dentro deste contexto, serão abordadas três questões principais consideradas de grande relevância para o estudo do projeto urbano nas suas várias escalas e interfaces.

Uma primeira questão abordada neste artigo trata da maior complexidade a que os espaços urbanos contemporâneos estão submetidos, em tempos de globalização econômica, bem

como a relação deste processo com a inserção de Grandes Projetos Urbanos nas estruturas consolidadas da cidade, gerando fortes rupturas socioespaciais.

Figura 1 - Proposta de projeto portuário para a orla da Glória em Vila Velha.



Fonte: Jornal A Tribuna, publicado em 24 de maio de 2014 p. 38.

Outros dois aspectos a serem abordados, a partir da experiência da disciplina de Ateliê de Projetos Integrados tratam do percebível distanciamento, tanto na academia, mas, sobretudo, na atuação profissional entre as atividades de análise urbana, planejamento e projeto urbano, bem como a questão da morfologia dos lugares nestas propostas de Grandes Projetos e nas intervenções urbanísticas em Centros Urbanos que assumem um protagonismo na cena contemporânea diante de diversos fatores.

A discussão proposta parte do princípio que o consumo de áreas estratégicas às atividades econômicas, em um contexto contemporâneo, deve compatibilizar interesses privados/públicos e reorganizar as atividades no território de forma sustentável. A necessidade de retomar relações perdidas e atualmente marcadas por conflitos entre a cidade e a água. A oportunidade de reconfigurar o tecido urbano consolidado subaproveitado, desvitalizado ou degradado; e a consciência de que uma maior densidade urbana, associada ao uso multifuncional e a um eficaz sistema de mobilidade urbana conformam referenciais importantes para o projeto urbano na cidade contemporânea.

Da mesma forma o artigo procura contribuir com o debate sobre “novas” possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a região da orla da Glória, pouco considerados ou inexistentes nos projetos portuários anunciados. Intensificar este debate no ensino do projeto urbano, nos parece muito apropriado em tempos de grandes intervenções

urbanísticas sendo implementadas, no país, para receber os Megaeventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016). Da mesma forma, que para as cidades capixabas, que nos últimos anos passam por uma retomada dos investimentos industriais, dinamizados pela cadeia do petróleo e gás e investimentos logísticos previstos, sobretudo no setor portuário.

2. Globalização, Grandes Projetos Urbanos e rupturas na cidade

Considera-se que a condição urbana contemporânea, a partir das últimas décadas do século XX, está inserida nas transformações socioespaciais advindas do processo de globalização que evidencia a crise de um modelo urbano marcado pela funcionalização do território, a difusão e a dispersão das áreas urbanas compondo um mosaico fragmentado sem relação entre si. Reforça esta situação de crise a perda dos espaços público em detrimento de interesses setoriais ou individuais, que se apropriam da memória e da herança coletiva (MONTANER & MÚXI, 2014).

É neste quadro de fortes transformações e conflitos socioespaciais que se insere a área de estudo bairro da Glória, localizado no município de Vila Velha, Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, no estado do Espírito Santo.

Compreender as características do município de Vila Velha no contexto metropolitano e local nos seus aspectos socioespaciais e sobre o planejamento e a gestão territorial do município requer entendimento e articulação de questões relacionadas a distintas escalas. Para este fim será abordado sinteticamente alguns elementos essenciais da constituição socioeconômica capixaba e da formação da Região Metropolitana da Grande Vitória.

O estado do Espírito Santo entrou no século XX com uma economia muito incipiente se comparada com seus estados vizinhos, que representavam os grandes centros econômicos do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Neste contexto de relativo atraso, a dinâmica de desenvolvimento da economia capixaba pode ser sintetizada a partir de dois pontos principais:

- ✓ As raízes históricas da atividade portuária enquanto vetor de dinamização da economia capixaba;
- ✓ E da implantação no território capixaba, em especial da RMGV, de Grandes Projetos Industriais, implantados principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV ligados ao capital internacional (Companhia Vale do Rio Doce atual Vale, Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST atual Arcelor Mittal na RMGV e a Aracruz Celulose atual FIBRIA no litoral norte no município de Aracruz).

A modernização ocorrida na economia do Espírito Santo, a partir da década de 1960, pautada pela desestruturação de sua base econômica anterior, o setor agrário, e de sua reestruturação a partir da industrialização, transcorreu de forma brusca, concentrada na RMGV, geradora de fortes impactos socioculturais e de uma fragmentação/segregação socioespacial (SIQUEIRA, 2001). Neste quadro de consolidação da Grande Vitória podem ser destacados dois pontos fundamentais como resultantes da sua metropolização e das rupturas geradas na ordem até então estabelecida e que são de extrema relevância para o planejamento socioespacial dos municípios metropolitanos, em especial a cidade de Vila Velha.

O primeiro relaciona-se a precarização das condições de vida de uma grande parcela da população da RMGV e os seus consequentes impactos socioambientais nos municípios da RMGV. O segundo, conforme Simões (1998) citado por Abe (1999), diz respeito à ordem político-econômica, com a incorporação pelos “Grandes Projetos Econômicos”, do papel também de “Grandes Centros de Poder”. A consolidação das empresas ligadas aos Grandes Projetos Industriais no Espírito Santo, passa a influenciar sobre diversos aspectos a sociedade capixaba, e em particular a Grande Vitória. Da produção do espaço à ampliação da economia de serviços; do comprometimento dos investimentos estatais ao estímulo ao mercado imobiliário; do processo migratório à transformação da estrutura social e o consumo de bens e serviços.

Esta situação parece agravar-se atualmente por uma dupla condição: na escala global, pela intensificação do processo de globalização e uma postura pró-desregulamentação e liberalização, na economia e no planejamento territorial; e na escala local o perfil dependente da economia capixaba em relação ao mercado internacional e uma nova onda de investimentos no estado, capitaneados pelos setores minero-siderúrgico, logística e petróleo e gás que extrapolam os limites metropolitanos, intensificam as rupturas geradas com a metropolização e estabelecem novos desafios para a gestão e o planejamento dos espaços metropolitanos agora em uma escala urbano-regional.

Neste contexto, a expansão portuária que tem sido constantemente anunciada no Espírito Santo, como uma condição estrutural para o “novo” ciclo de desenvolvimento do estado têm inquietado a sociedade civil e populações tradicionais do litoral capixaba, gerando fortes rupturas socioespaciais. A noção de ruptura adotada, parte da visão contemporânea de que os Grandes Projetos na cidade desencadeiam rupturas nos espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizada por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local (VAINER et al 2012).

A área objeto de estudo em Vila Velha, no bairro da Glória, compreende um conjunto de elementos naturais e artificiais de excepcional singularidade, constituídos pelo Canal de acesso à Baía de Vitória; pela presença de morros e formações montanhosas que abrigam relevante mostruário da fauna e da flora capixaba; pelo monumento jesuíta mais popular do Estado, conhecido como Convento da Penha; e pela presença de aterros que alteraram as feições do sítio capixaba em sua centralidade.

O comprometimento das bordas do Canal pelas atividades portuárias, bem como a presença de vazios urbanos estratégicos que obstruem a conexão com a água são rupturas severas que segregam parte da cidade, negam a relação do indivíduo com a natureza e com o espaço público. Da mesma forma, apagam a memória coletiva, ao ocultar a história e o significado de uma região que abriga o berço da colonização capixaba e o abrigo dos imigrantes que chegavam à Hospedaria Pedra d'água, localizado na entrada da baía de Vitória, no extremo oeste da orla do bairro da Glória. Segundo Montaner e Múxi (2014), esse processo de destruição da natureza é sempre acompanhado por cicatrizes, sejam muros, estradas, sítios cercados e protegidos, cujas fronteiras repelem os seres humanos e, paradoxalmente, permitem a liberdade de movimento para capitais e mercadorias.

Soma-se a estas preocupações, o “inaceitável varejo” com que os projetos de construção ou ampliação de portos estão sendo apresentados no país, conforme apontam Gonçalves & Montovani (2014), “*projetos que não consideram a sustentabilidade como um valor essencial à construção de uma potência*”. As discussões estratégicas em torno destes grandes projetos ficam restritas aos “centros de poder” ligados ao grande capital e aos setores diretamente relacionados dentro do Estado. Os processos de licenciamentos destes grandes projetos carecem de autonomia e participação social. E a partir do argumento da agilidade e do aproveitamento de oportunidade estes Grandes Projetos fogem ao escrutínio do controle social, da mesma forma em que passam além da influência da legislação urbanística, no caso os Planos Diretores, e dos processos participativos dos quais são derivados. Não raro, os grandes investimentos se impõem ao Plano, promovendo adequações e ajustes neste (OLIVEIRA, 2012).

O pensamento hegemônico de transformação urbana vinculada aos ideais globalizantes de inserção das cidades no mercado mundial de megaeventos, turismo e atração de grandes empreendimentos econômicos, que a mercê de alguns discursos, aparenta nos libertar dos limites espaciais e temporais, ao mesmo tempo em que cria possibilidades de novas inserções dos lugares na economia globalizada, da forma como se impõe sobre os territórios, consolida um futuro que é proclamado como inevitável, mas que é improvável que seja atingido (MASSEY, 2009).

Como elemento crítico de contraponto a estas tendências do urbanismo contemporâneo e procurando destacar o “papel perturbador” e propositivo que a academia pode e deve ter dentro do ensino e prática do projeto urbano em relação a aparente “(des)ordem estabelecida” nas nossas cidades, passamos a descrever a seguir a experiência do Ateliê de Projetos Integrados de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo VII, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha.

3. O Ateliê de Projetos Integrados de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo

O perceptível distanciamento, tanto na academia, mas, sobretudo, na atuação profissional entre as atividades de análise urbana, Arquitetura, planejamento e projeto urbano conforme aponta, Meyer & Grostein (2010 p.14) cuja relação, embora reconhecida como fundamental no entendimento e atuação sobre a cidade, “*caminhou para um fatal distanciamento*” tem comprometido tanto a legitimidade do conhecimento dos Arquitetos Urbanistas, quanto as reais possibilidades de desenvolvimento urbano das nossas cidades.

Esta ruptura entre teoria e prática, Arquitetura, planejamento e desenho urbano tem sido combatida no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha, de forma mais incisiva, a partir das sete disciplinas de Ateliê de Projetos Integrados de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, que compõe o eixo estruturante da grade curricular do referido curso.

De forma mais específica, o Ateliê de Projetos Integrados VII compreende a última disciplina projetual do curso, apresenta na sua proposta pedagógica a integração de diversos campos da Arquitetura e Urbanismo, onde os discentes, previamente versados em teoria e história, arquitetura, planejamento, desenho urbano e paisagismo são compelidos a transpor a complexidade urbana presente no planejamento para o desenvolvimento de um projeto urbano em grande escala. A disposição de três profissionais com experiência prática distinta em planejamento urbano, paisagismo, arquitetura e projeto urbano é um impulso para que sejam exercitados simultaneamente saberes de ordem complementar. O tema adotado na disciplina é a intervenção urbana, a partir da utilização do instrumento da Operação Urbana Consorciada – OUC, presente na lei federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade. Compreende o estudo de tecidos urbanos consolidados, frações urbanas complexas, estratégicas, desvitalizadas ou subutilizadas. A condição de centralidade e a sua relevância metropolitana e logística é determinante para viabilizar um plano de intervenção, compatibilizando interesses políticos, econômicos, sociais e físico-ambientais.

No primeiro momento da disciplina são revisados conhecimentos apreendidos relacionados às crises urbanas contemporâneas, instrumentos de planejamento e gestão urbana, conceitos e aplicações relacionados às noções de cidade compacta, cidades para as pessoas, cidades criativas e sustentáveis. De forma mais detalhada é feita uma crítica à utilização do instrumento da OUC e suas intervenções urbanas resultantes, a partir da análise de estudos de casos de experiências nacionais e internacionais reconhecidas. A partir dos conceitos e da crítica sobre as OUC são apresentados alguns elementos norteadores das propostas a serem desenvolvidas pelos grupos de trabalho:

- ✓ Aplicação da noção de cidade compacta com melhor utilização do potencial construtivo da área de estudo, ocupação de vazios urbanos, renovação e ou reutilização de edificações abandonadas ou subutilizadas;
- ✓ Aplicação de princípios de uma mobilidade urbana sustentável;
- ✓ Obrigatoriedade de inclusão de projetos habitacionais de interesse social em quantidade significativa a demanda local e em localização adequada e integrada ao conjunto da OUC;
- ✓ Ampliação e valorização do espaço público como elemento integrador e de sociabilidade urbana;
- ✓ Valorização da identidade e cultura arquitetônica, urbanística e social;
- ✓ Valorização dos aspectos ambientais e paisagístico da área de estudo;
- ✓ Equilíbrio entre os diversos interesses envolvidos na OUC setor imobiliário, setor público e sociedade civil.

A segunda etapa de trabalho envolve o reconhecimento da área de estudo e intervenção que envolve as seguintes atividades: visita de campo em conjunto (professores e alunos); visitas em campo individuais (grupos de trabalho); Leitura Comunitária (reunião em conjunta com moradores quando possível) e elaboração de diagnóstico da área de estudo (compreende o estudo aprofundado das características locais, físico-territoriais, históricas, socioeconômicas, ambientais e urbanísticas da região de estudo).

Com base nas duas etapas anteriores é elaborado na terceira etapa o Plano de Intervenção Urbana ou *Masterplan*, sinalizando o planejamento da área, com definição de novas regras de uso, construção e reparcelamento. Todos os setores do polígono de intervenção devem ser submetidos ao Plano Geral de Intervenção, considerando processos estratégicos de planejamento em longo prazo, procedimentos consensuais e colaborativos entre os grupos envolvidos (instâncias de governo, investidores, empresariado, usuários e comunidade em geral). Algumas diretrizes de intervenção projetual devem ser incentivadas, tais como o respeito à

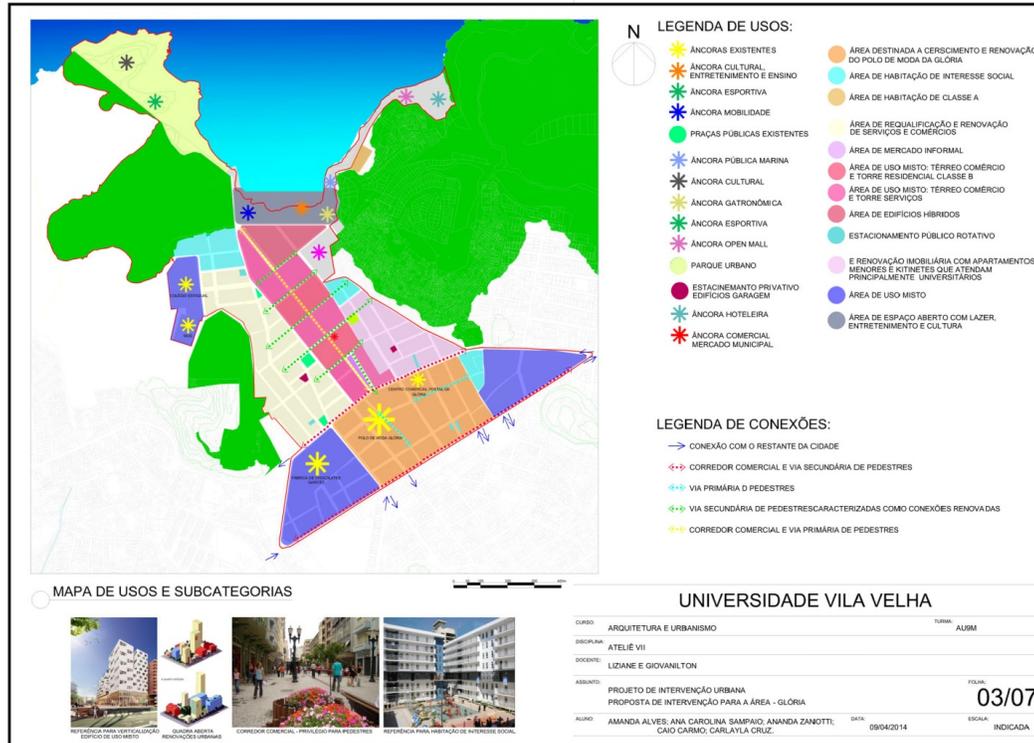
memória coletiva, ao patrimônio e ao contexto preexistente (físicoespacial e sociocultural); a intensificação do uso residencial multifamiliar e de lazer; a ampliação de áreas livres de lazer e convívio da população; o resgate do uso público em terrenos adjacentes aos corpos d'água, restituindo aos cidadãos o contato com a natureza; o aumento do potencial construtivo em trechos do setor renovável; a criação de Projetos Âncora considerando públicos diversos; o aumento da multifuncionalidade do setor; a criação de corredores verdes urbanos para integrar o patrimônio ambiental e as massas verdes preexistentes; a criação de um plano de mobilidade que leve em conta o novo adensamento da área, a partir de uma rede integrada de transportes e trânsito, priorização de modos não motorizados, além da inclusão do sistema aquaviário (em vias de reativação na RMGV) e da integração dos modais de transporte existentes; ações urbanísticas para integrar as áreas de assentamento subnormal à região e produção de novas habitações de interesse social, considerando equipamentos, serviços públicos, acessos e reassentamento. Os produtos técnicos que caracterizam o Plano Geral de Intervenção compreendem:

Mapa de Intervenção – Identificação das edificações conforme estratégia de intervenção (edificações a serem mantidas, edificações a serem renovadas, áreas a serem requalificadas).

Mapa de Usos propostos e Projetos

- ✓ Setorização Geral – Mapa de setorização geral, com indicação das características principais de cada setor;
- ✓ Usos e Subcategorias – Mapa de usos, atividades e projetos de cada setor (subcategorias por atividades). Relacionar ao público alvo;
- ✓ Densidade – Mapa com a densidade por classificação (Alta, Média e Baixa);
- ✓ Conexões / Mobilidade Urbana - Todos os modais devem ser destacados; prever a prioridade ao pedestre, indicar eixos comerciais estruturantes, vias exclusivas de pedestres, ciclovias, ciclofaixas, transporte aquaviário, intermodalidade, melhorias viárias, implementação de binários, alargamentos viários, e outras modificações;
- ✓ Orla e Parque – Setorização, atrativos, relação com a água, equipamentos ao longo da orla. Considerar a implantação de aquaviário (transporte público) e uma Marina pública (estímulo à vocação náutica da Grande Vitória).

Figura 2 – Mapa de Setorização e Usos Propostos



Fonte: Amanda Carvalho, Ana Carolina Sampaio, Ananda Zanotti, Caio Carmo, Carlayla Cruz.

Planejamento e projeto são dois instrumentos complementares de transformação da realidade. Embora as propostas projetuais compreendam a renovação de quadras e lotes do Setor de Intervenção, o projeto de implantação dos empreendimentos propostos, na quarta etapa é apresentado apenas para algumas quadras previamente selecionadas, de modo que se possa exercitar a inovação formal e a integração entre Arquitetura e Urbanismo. O principal objetivo consiste no desenvolvimento de projeto(s) arquitetônico(s) integrado(s) ao projeto urbano, com potencial de incentivar a criação de uma rede comunitária, social e cotidiana. A simulação projetual em questão admite a revisão completa de índices e usos, bem como a investigação de formas de adensamento e variações tipológicas.

A repetição e a mera aplicação de parâmetros legais, índices e normas construtivas conduzem a resultados formais esgotados e previsíveis. A indução de uma inovação formal passa pela oportunidade de reinterpretação dos parâmetros legais, revisão de conceitos e especialmente liberdade para propor um pensamento original e transformador no âmbito urbanístico. O encorajamento em restituir a cidade e a sua função pública ao usuário, bem como a promoção de uma cidade mais equilibrada e inclusiva passa pela investigação de múltiplas estratégias –

inserção de formas urbanas convidativas, entrelaçamento de conteúdos público-privados, criação de espaços de interação social, mistura de usos, inclusão de atividades e múltiplos tipos de trabalhadores, valorização da diversidade cultural e ambiental, alternativas habitacionais diversificadas para arranjos familiares plurais, dissolução da ideologia mercadológica universal submetida prioritariamente às normas impostas pelos agentes do mercado imobiliário. Nesse sentido, é imperativo buscar, através de experiências internacionais ou nacionais, modelos bem sucedidos que resgatem através da qualidade arquitetônica e urbanística, valores de sociabilidade, comunidade e solidariedade.

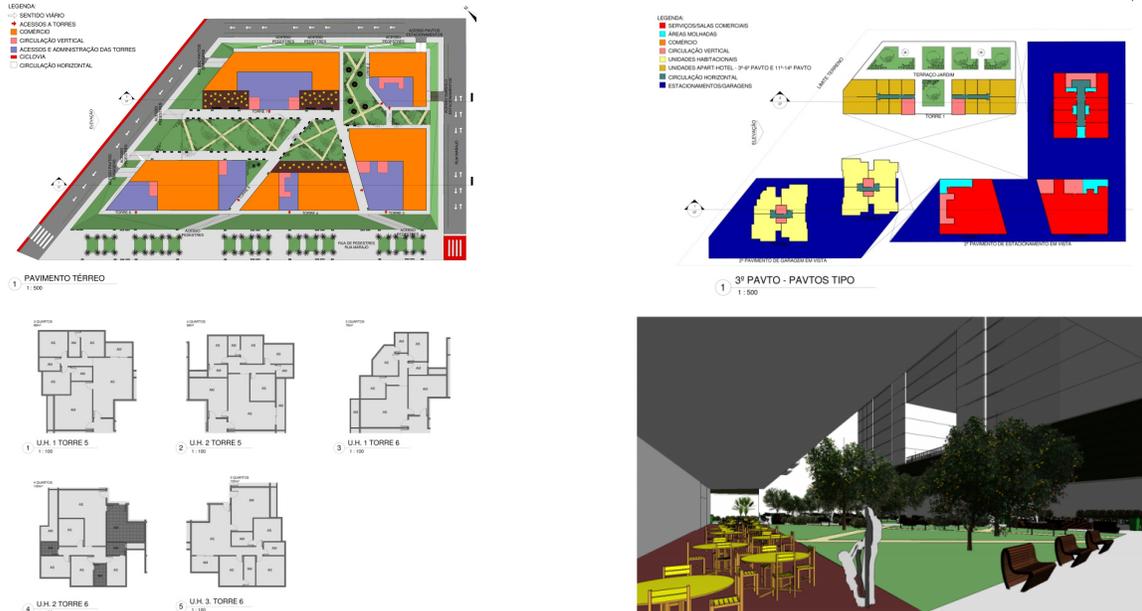
Alguns instrumentos podem ser apontados como estímulos à qualidade espacial das cidades em processo de reformulação dos centros urbanos:

- Valorizar as qualidades urbanas e arquitetônicas preexistentes, através da refuncionalização ou do restauro de edificações históricas ou de caráter estético ou histórico singular, bem como integrar as edificações mantidas aos novos projetos;
- Reforçar valores de proximidade através do controle do uso do solo e do estímulo ao uso misto e a proximidade dos equipamentos básicos de uso cotidiano;
- Propor um tecido residencial com variações dimensionais e tipológicas;
- Estimular o uso coletivo dos pavimentos térreos, através de atividades de comércio e serviço, considerando especialmente as necessidades de uso cotidiano;
- Incentivar deslocamentos pedonais, criando um circuito de atividades público-privadas para usuários distintos;
- Exercitar a dissolução do muro, incentivar quadras abertas, espaços transitórios e fachadas ativas (heterogêneas);
- Inibir vias de trânsito rápido onde se deseja incentivar a circulação local de pedestres, e implementar estratégias de *traffic calming*, priorizando o pedestre;
- Estimular a qualidade ambiental e a acessibilidade do espaço público.

Os produtos técnicos para ilustrar o *Masterplan* das quadras selecionadas consistem em um Plano de Massa desenvolvido a partir do remembramento de lotes ou do reparcelamento da quadra, acompanhado pela representação tridimensional integral da quadra, além de diagramas das plantas tipo e térreo, com ênfase na distribuição dos espaços de circulação horizontal e vertical, esquema das unidades ou áreas habitáveis, indicação das formas de acesso de pedestres e veículos, percursos permeáveis no interior das quadras, com inserção de áreas verdes, soluções de estacionamento que permitam a quadra aberta ou permeável, orientação solar considerando os conteúdos propostos e as soluções apresentadas para as plantas, seções

esquemáticas da quadra, além do memorial de cálculo com indicações de índices, potencial construtivo, densidades e outras áreas.

Figura 3 – Masterplan da Quadra Híbrida – Grupo A.



Fonte: Amanda Carvalho, Ana Carolina Sampaio, Ananda Zanotti, Caio Carmo, Carlayla Cruz.

Figura 4 – Masterplan da Quadra de Habitação Social – Grupo A.



Fonte: Amanda Carvalho, Ana Carolina Sampaio, Ananda Zanotti, Caio Carmo, Carlayla Cruz.

4. “Outros” olhares sobre a orla da Glória, Vila Velha/ES

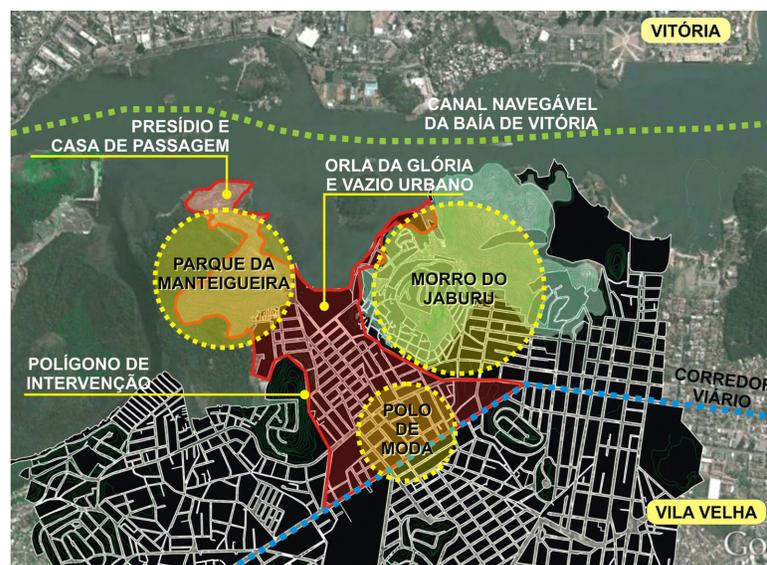
O último produto desenvolvido dentro do Ateliê de Projetos Integrados VII para o bairro da Glória é o projeto de intervenção para orla. A atividade apresenta como objetivo principal desenvolver “outros olhares” para a apropriação e usufruto deste lugar estratégico a nível local e regional em função da singularidade e identidade local, o rico patrimônio ambiental e arquitetônico, bem como suas vocações residencial e econômica ligada ao turismo, comércio/serviços, lazer e entretenimento. Neste sentido as propostas procuram estabelecer um contraponto aos projetos anunciados para a área que desconsideram as especificidades locais, privatizam e restringem o

uso público da orla e limitam novas possibilidades de desenvolvimento econômico mais integradas a sua inserção urbana e as potencialidades locais existentes e a serem dinamizadas.

Busca-se assim, distanciar-se dos modos hegemônicos de produção do espaço e de materialização da globalização no território considerado por Milton Santos (2003 e 2006) como “verticalidades”. E aproximar-se das “horizontalidades – espaços banais” zonas que formam extensões contínuas, oposição ao espaço meramente econômico, um espaço de todos, das vivências, que sustentam e “*explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem também um fator de produção*”... Trata-se, assim “*da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica*” (SANTOS, 2003 p. 109 e 110).

A orla do bairro Glória limita-se fisicamente ao norte pela baía de Vitória, cujo canal de navegação sustenta parte da atividade portuária capixaba; a noroeste e nordeste por expressivas massas verdes de interesse ambiental, o Morro da Manteigueira e o Morro do Jaburuna, respectivamente. Seu entorno imediato também é configurado a Leste pelo bairro Jaburuna, com fração caracterizada como aglomerado subnormal. A área apresenta como acesso principal ao sul, a Rodovia Carlos Lindemberg, eixo estruturante municipal. O lado oeste é limitado pelo Morro da Manteigueira, Parque Natural Municipal, constituído por fragmentos de Mata Atlântica, e apesar de estar localizado em uma área urbana, abriga rica e variada fauna, com manguezal e restinga, ecossistemas característicos do litoral capixaba.

Figura 5 – Limites do Setor de Intervenção Urbana Glória, Vila Velha, ES.



Fonte: Ilustração dos autores.

O interior do bairro da Glória absorve um significativo polo de confecções conhecido como Polo de Moda da Glória que, juntamente com a Fábrica de Chocolates Garoto, localizada nas adjacências, movimentam a economia municipal e o turismo. Parte do tecido residencial, de feições tipicamente horizontais, se concentra no vetor norte, com inexpressiva atividade comercial e relativa irregularidade na malha urbana. O litoral norte da Glória, obstruído por um notável vazio urbano, inibe completamente o uso da orla, que se soma à privatização das empresas de praticagem e reparo de embarcações a nordeste, e a noroeste pela presença de um infelizmente presídio, que bloqueia o alcance a uma edificação histórica conhecida como Casa de Passagem. Soma-se a este rico espaço a presença da sede de uma das escolas de samba mais tradicionais do carnaval capixaba, a Mocidade Unida da Glória – MUG.

Figura 6 – Patrimônio Ambiental da Borda Norte e relação com o Setor Glória.



Fonte: Amanda Carvalho, Ana Carolina Sampaio, Ananda Zanotti, Caio Carmo, Carlayla Cruz.

A orla da “Nova” Glória proposta é um espaço público a ser (re)conquistado pela devolução da faixa lindeira à orla e pela exploração público-privada do vazio urbano, para fins culturais, esportivos, recreativos, comerciais, turísticos, dentre outros. Essa estratégia de compartilhar usos público-privados é uma forma de viabilizar economicamente a requalificação da Orla e devolvê-la para a comunidade. Espaço privilegiado de exuberante paisagem natural, a orla emoldura a baía de Vitória e sua geografia natural, permite acompanhar o ritmo dos navios que cruzam o canal rumo aos Portos, e conecta um ecossistema singular composto por fragmentos de manguezal e Mata Atlântica.

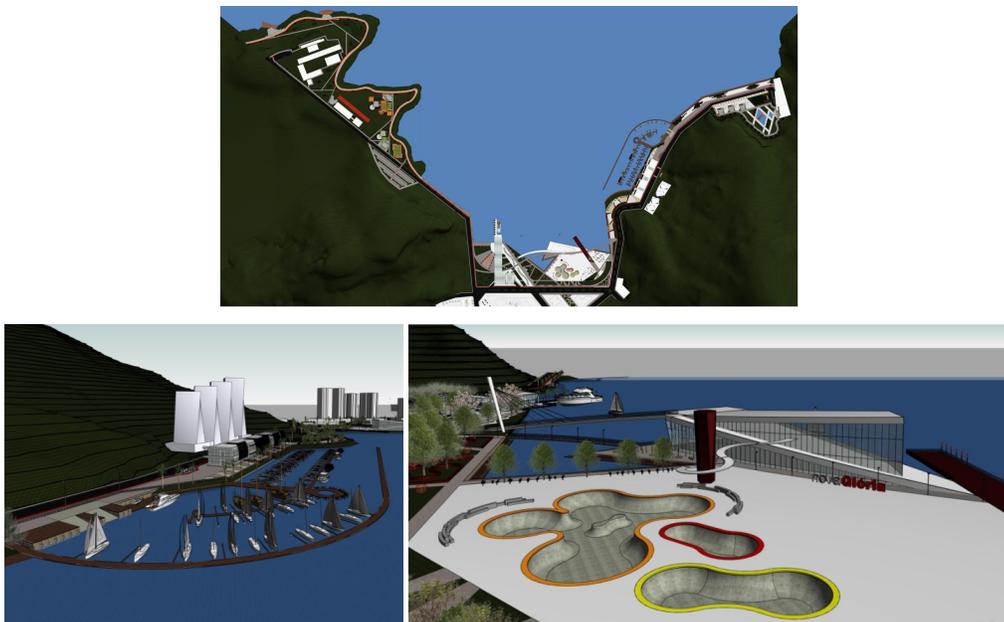
De um extremo a outro, a prainha da Glória, como é carinhosamente chamada, foi berço da colonização do solo Espírito-santense e curso muito popular para viabilizar a travessia entre o continente e a ilha de Vitória, hoje restrito a poucos catraieiros e barqueiros. Obstruída

física e visualmente pela presença de muros impenetráveis e pela privatização da sua margem, seja pelas empresas voltadas para atividades náuticas, localizadas a leste, ou pelo conjunto de instalações do presídio da Glória a oeste, a Prainha da Glória extinguiu-se para o uso público.

O projeto para a Orla é o momento projetual de maior generosidade, pela capacidade de romper as barreiras e integrar fisicamente o usuário ao espaço natural. Em algumas propostas, a fusão da paisagem à arquitetura ou uma arquitetura que mimetiza a natureza permite destacar a exuberância topográfica, geográfica e natural da região. Em outras propostas, uma arquitetura de contrastes reposiciona o observador para uma contemplação estimulada. O ato recreativo é uma das diretrizes mais democráticas que as propostas oferecerem, através da variedade programática e da consideração de uma pluralidade de estilos de vida e preferências que convertem o espaço público em uma celebração da vida cotidiana, com o culto ao corpo e à mente, com a satisfação física e mental, com o convívio com outros usuários, com a harmonia com a natureza.

A transformação de um vazio urbano estratégico em um excepcional espaço público representa a conquista de novos espaços livres, de novos usos para espaços obsoletos, e de uma função social transformadora. O incentivo ao uso da água ressurgiu pelo seu valor simbólico, pela capacidade sensorial, lúdica e pitoresca, bem como pelas oportunidades de aproximação efetiva do usuário através do esporte, da pesca e dos transportes náuticos. Cada proposta buscou tornar a água e a natureza mais tangível ao usuário e assegurar o papel transformador do espaço público.

Figura 7 – Orla Nova Glória. Conceitos de Intermodalidade, Cultura, Lazer, Ócio e usos náuticos.



Fonte: Amanda Carvalho, Ana Carolina Sampaio, Ananda Zanotti, Caio Carmo, Carlayla Cruz.

5. Considerações Finais

O presente trabalho apresenta as experiências da disciplina integradora de planejamento, projeto e paisagismo, com ênfase da reinterpretação de um território de alto valor simbólico, natural e histórico, destinado, pelos interesses econômicos do mercado globalizado, a usos que rompem a integração socioespacial da cidade, condição perturbadora diante de tantos apelos que alertam para a necessidade de reconquista dos espaços públicos e das áreas naturais localizadas em meio urbano para usufruto dos cidadãos. Complementarmente, o aluno é induzido a refletir sobre a capacidade de transformação de áreas ociosas, cuja localização estratégica atua diretamente a favor dos interesses do mercado, e a necessidade de compatibilizar novos usos e expressão formal para criar uma cidade mais atraente e plural.

A discussão proposta parte do princípio que o consumo de áreas estratégicas às atividades econômicas, em um contexto contemporâneo, deve compatibilizar interesses público-privado e reorganizar as atividades no território de forma sustentável. Pensar o planejamento urbano em tempos de globalização, a partir de uma “nova política da espacialidade”, onde o global se faz pelo local, onde o primeiro não é algo “acima e exterior” e inatingível (verticalidades ou horizontalidade sem profundidade). Uma necessária aproximação entre espaço e lugar demonstra que as possibilidades de respostas não se fazem a partir da restrita submissão ao grande capital, ou a receituários prontos a nível global, pois estes não enxergam as diferenças locais, a percepção progressiva do espaço como “*dimensão de uma multiplicidade dinâmica simultânea*”, bem como da “*simultaneidade de trajetórias múltiplas*”, onde o lugar e a existência humana não podem ser dissociados (MASSEY, 2009 p. 97).

A academia, neste caso, através da Arquitetura e Urbanismo, podem e devem se colocar como um contraponto a esta (des)ordem vigente nas nossas cidades, atuando como um elemento estimulador de novas visões sobre a cidade e da politização sobre as formas de utilização e apropriação dos espaços estratégicos da cidade. Da mesma forma, deve contribuir para rearticular relações fundamentalmente necessárias, no âmbito acadêmico/profissional, entre as atividades de análise urbana, planejamento e projeto urbano, e no âmbito do desenvolvimento urbano, entre as aptidões regionais e as vocações locais, com a presença de marcos regulatórios e projetos urbanos que conciliem os objetivos de avanço econômico com a preservação ambiental e a equidade social.

Neste sentido, acredita-se que a experiência do Ateliê de Projetos Integrados é uma pequena, mas importante contribuição para alcançar objetivos maiores de restituição da cidade e a sua função pública ao usuário, bem como de promoção de uma cidade mais equilibrada e

inclusiva. Ao mesmo tempo, procura exercitar uma aproximação entre os diferentes atores que compõe a cidade, para o desenvolvimento de ações conjuntas que não sejam de mera subserviência aos interesses restritos do mercado, mas sim, geradora de parcerias que possibilitem múltiplas estratégias visando ganhos comuns e a produção do espaço dentro de uma cultura da proximidade e da diversidade, cujo alcance passa necessariamente pelo plano do político e do espaço enquanto política.

Referências

- ABE, André Tomoyuki. **Metropolização da Região da Grande Vitória**. Tese de Doutorado, FAU/USP. São Paulo, 1999.
- GONÇALVES, Leandra & MONTOVANI, Mario. **O inaceitável varejo portuário**. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/90302/o-inaceitavel-varejo-portuario/>. Acessado em, 01/09/2014.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MEYER, Regina Maria Prosperi & GROSTEIN, Marta Dora. **A leste do centro: territórios do urbanismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- MONTANER, Josep Maria; MÚXI, Zaida. **Arquitetura e política. Ensaio para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória – 1950 a 1980**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- VAINER, Carlos et. al. **Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos**. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de. (org.) [et al.]. **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.